Índice Geral

Índice Cronológico da Legislação XV

CONSTITUCIONAL

Índice Sistemático da Constituição da República Federativa do Brasil 3
Constituição da República Federativa do Brasil 7
Ato das Disposições Constitucionais Transitórias 76
Emendas à Constituição da República Federativa do Brasil 93

LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO – LINDB

Dec.-lei 4.657/1942 (Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB) 121

CIVIL / PROCESSO CIVIL

Código Civil

Índice Sistemático do Código Civil 127
Código Civil 142

Código de Processo Civil / 2015

Índice Sistemático do Código de Processo Civil 261
Exposição de Motivos do Código de Processo Civil 271
Código de Processo Civil 278

PENAL / PROCESSO PENAL

Código Penal

Índice Sistemático do Código Penal 395
Lei de Introdução ao Código Penal 399
Exposição de Motivos da Nova Parte Geral do Código Penal 401
Exposição de Motivos da Parte Especial do Código Penal 408
Código Penal 417

Código de Processo Penal

Índice Sistemático do Código de Processo Penal 463
Lei de Introdução ao Código de Processo Penal 469
Exposição de Motivos do Código de Processo Penal 471
Código de Processo Penal 476

PENAL MILITAR / PROCESSO PENAL MILITAR

Código Penal Militar

Índice Sistemático do Código Penal 533
Código Penal Militar 539

Código de Processo Penal Militar

Índice Sistemático do Código de Processo Penal 575
Código de Processo Penal Militar 581

TRIBUTÁRIO

Código Tributário Nacional

Índice Sistemático do Código Tributário Nacional 639
Código Tributário Nacional 643

TRABALHO

Consolidação das Leis do Trabalho

Índice Sistemático da Consolidação das Leis do Trabalho 667
Exposição de Motivos da Consolidação das Leis do Trabalho 675
Nota sobre a Atualização da Consolidação das Leis do Trabalho 679
Consolidação das Leis do Trabalho 680

EMPRESARIAL

Código Comercial

Índice Sistemático do Código Comercial 779
Código Comercial 783

CONSUMIDOR / TRÂNSITO / ELEITORAL / FLORESTAL

Código de Defesa do Consumidor

Índice Sistemático do Código de Defesa do Consumidor 807
Código de Defesa do Consumidor 809

Código de Trânsito Brasileiro

Índice Sistemático do Código de Trânsito Brasileiro 821
Código de Trânsito Brasileiro 823

Código Eleitoral

Índice Sistemático do Código Eleitoral 859
Código Eleitoral 863

Código Florestal

Índice Sistemático do Código Florestal 897
Código Florestal 899

ESTATUTOS

Estatuto da Criança e do Adolescente 915
Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União 947
Estatuto do Ministério Público da União 967
Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil 989
Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB 999
Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB 1005
Estatuto da Cidade 1021
Estatuto de Defesa do Torcedor 1028
Estatuto do Idoso 1032
Estatuto do Desarmamento 1040
Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte 1045
Estatuto da Igualdade Racial 1071
Estatuto da Juventude 1076
Estatuto Geral das Guardas Municipais 1080
Estatuto da Metrópole 1082
Estatuto da Pessoa com Deficiência 1085
Estatuto Jurídico das Empresas Estatais 1096

LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR

..... 1111

SÚMULAS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES E ÓRGÃOS ESPECIAIS; OJs E PRECEDENTES NORMATIVOS DO TST

Súmulas Vinculantes do Supremo Tribunal Federal – STF 1771
Súmulas do Supremo Tribunal Federal – STF 1773
Súmulas do Superior Tribunal de Justiça – STJ 1790
Súmulas do Tribunal Federal de Recursos – TFR (extinto) 1805
Súmulas do Tribunal Superior do Trabalho – TST 1811
Súmulas do Tribunal Superior Eleitoral – TSE 1837
Súmulas do Conselho Pleno do CFOAB 1839
Súmulas do Órgão Especial do Conselho Pleno do CFOAB 1839
Súmulas dos Juizados Especiais Federais – JEF 1840
Orientações Jurisprudenciais do Tribunal Pleno – TST 1842
Orientações Jurisprudenciais da SBDI-I do TST 1843
Orientações Jurisprudenciais da SBDI-I – Transitória – TST 1864
Orientações Jurisprudenciais da SBDI-II – TST 1868
Orientações Jurisprudenciais da SDC – TST 1877
Precedentes Normativos – TST 1879

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO UNIFICADO

..... 1909

Índice Cronológico da Legislação

CONVENÇÕES OIT

CONVENÇÃO 87 DA OIT – Relativa à liberdade sindical e proteção ao direito de sindicalização 1121

CONVENÇÃO 98 DA OIT – Relativa à aplicação dos princípios do direito de organização e de negociação coletiva..... 1123

LEIS COMPLEMENTARES

LEI COMPLEMENTAR 35, DE 14 DE MARÇO DE 1979 – Dispõe sobre a Lei Orgânica da Magistratura Nacional*..... 1249

LEI COMPLEMENTAR 64, DE 18 DE MAIO DE 1990 – Estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências. (Material Suplementar para *download*)

LEI COMPLEMENTAR 75, DE 20 DE MAIO DE 1993 – Dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União (*). 967

LEI COMPLEMENTAR 101, DE 4 DE MAIO DE 2000 – Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. 1490

LEI COMPLEMENTAR 105, DE 10 DE JANEIRO DE 2001 – Dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências. 1504

LEI COMPLEMENTAR 110, DE 29 DE JUNHO DE 2001 – Institui contribuições sociais, autoriza créditos de complementos de atualização monetária em contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e dá outras providências. 1506

LEI COMPLEMENTAR 116, DE 31 DE JULHO DE 2003 – Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências. (Material Suplementar para *download*)

LEI COMPLEMENTAR 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006 – Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-lei 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. 1045

* Conteúdo parcial.

LEI COMPLEMENTAR 142, DE 8 DE MAIO DE 2013 – Regulamenta o § 1º do art. 201 da Constituição Federal, no tocante à aposentadoria da pessoa com deficiência segurada do Regime Geral de Previdência Social – RGPS. 1639

LEI COMPLEMENTAR 146, DE 25 DE JUNHO DE 2014 – Estende a estabilidade provisória prevista na alínea b do inciso II do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias à trabalhadora gestante, nos casos de morte desta, a quem detiver a guarda de seu filho 1657

LEI COMPLEMENTAR 147, DE 7 DE AGOSTO DE 2014 – Altera a Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, e as Leis 5.889, de 8 de junho de 1973, 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 9.099, de 26 de setembro de 1995, 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 8.934, de 18 de novembro de 1994, 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e 8.666, de 21 de junho de 1993; e dá outras providências. (Material Suplementar para *download*)

LEI COMPLEMENTAR 150, DE 1º DE JUNHO DE 2015 – Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico; altera as Leis 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, e 11.196, de 21 de novembro de 2005; revoga o inciso I do art. 3º da Lei 8.009, de 29 de março de 1990, o art. 36 da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, a Lei 5.859, de 11 de dezembro de 1972, e o inciso VII do art. 12 da Lei 9.250, de 26 de dezembro 1995; e dá outras providências. 1664

LEI COMPLEMENTAR 151, DE 5 DE AGOSTO DE 2015 – Altera a Lei Complementar 148, de 25 de novembro de 2014; revoga as Leis 10.819, de 16 de dezembro de 2003, e 11.429, de 26 de dezembro de 2006; e dá outras providências. 1672

LEI COMPLEMENTAR 152, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2015 – Dispõe sobre a aposentadoria compulsória por idade, com proventos proporcionais, nos termos do inciso II do § 1º do art. 40 da Constituição Federal. 1678

LEI COMPLEMENTAR 155, DE 27 DE OUTUBRO DE 2016 – Altera a Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, para reorganizar e simplificar a metodologia de apuração do imposto devido por optantes pelo Simples Nacional; altera as Leis 9.613, de 3 de março de 1998, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 7.998, de 11 de janeiro de 1990; e revoga dispositivo da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991 (*). (Material Suplementar para *download*)

LEI COMPLEMENTAR 157, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016 – Altera a Lei Complementar 116, de 31 de julho de 2003, que dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, a Lei 8.429, de 2 de junho de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa), e a Lei Complementar 63, de 11 de janeiro de 1990, que "dispõe sobre critérios e prazos de crédito das parcelas do produto da arrecadação de impostos de competência dos Estados e de transferências por estes recebidos, pertencentes aos Municípios, e dá outras providências". (Material Suplementar para *download*)

LEI COMPLEMENTAR 159, DE 19 DE MAIO DE 2017 – Institui o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal e altera as Leis Complementares 101, de 4 de maio de 2000, e 156, de 28 de dezembro de 2016. (Material Suplementar para *download*)

LEI COMPLEMENTAR 162, DE 6 DE ABRIL DE 2018 – Institui o Programa Especial de Regularização Tributária das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional (Pert-SN) 1729

LEIS

LEI 556, DE 25 DE JUNHO DE 1850 – Código Comercial 783

LEI 605, DE 5 DE JANEIRO DE 1949 – Dispõe sobre o repouso semanal remunerado e o pagamento de salário, nos dias feriados civis e religiosos. 1124

* Conteúdo parcial.

LEI 662, DE 6 DE ABRIL DE 1949 – Declara feriados nacionais os dias 1º de janeiro, 1º de maio, 7 de setembro, 15 de novembro e 25 de dezembro. (Material Suplementar para *download*)

LEI 810, DE 6 DE SETEMBRO DE 1949 – Define o ano civil. 1125

LEI 1.060, DE 5 DE FEVEREIRO DE 1950 – Estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados. 1125

LEI 1.079, DE 10 DE ABRIL DE 1950 – Define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento 1126

LEI 1.408, DE 9 DE AGOSTO DE 1951 – Prorroga vencimentos de prazos judiciais e dá outras providências. 1132

LEI 1.521, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1951 – Altera dispositivos da legislação vigente sobre crimes contra a economia popular (*) 1132

LEI 1.579, DE 18 DE MARÇO DE 1952 – Dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito. (Material Suplementar para *download*)

LEI 2.889, DE 1º DE OUTUBRO DE 1956 – Define e pune o crime de genocídio. 1134

LEI 4.090, DE 13 DE JULHO DE 1962 – Institui a gratificação de Natal para os trabalhadores. 1135

LEI 4.132, DE 10 DE SETEMBRO DE 1962 – Define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre sua aplicação. (Material Suplementar para *download*)

LEI 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964 – Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal (*) (Material Suplementar para *download*)

LEI 4.591, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1964 – Dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias. 1135

LEI 4.595, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1964 – Dispõe sobre a Política e as Instituições monetárias, bancárias e creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências. (Material Suplementar para *download*)

LEI 4.717, DE 29 DE JUNHO DE 1965 – Regula a ação popular. 1146

LEI 4.728, DE 14 DE JULHO DE 1965 – Disciplina o mercado de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento. (Material Suplementar para *download*)

LEI 4.729, DE 14 DE JULHO DE 1965 – Define o crime de sonegação fiscal e dá outras providências... 1148

LEI 4.737, DE 15 DE JULHO DE 1965 – Institui o Código Eleitoral. 863

LEI 4.749, DE 12 DE AGOSTO DE 1965 – Dispõe sobre o pagamento da gratificação prevista na Lei 4.090, de 13 de julho de 1962. (Material Suplementar para *download*)

LEI 4.886, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1965 – Regula as atividades dos representantes comerciais autônomos. (Material Suplementar para *download*)

LEI 4.898, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1965 – Regula o direito de representação e o processo de responsabilidade administrativa civil e penal, nos casos de abuso de autoridade. 1149

LEI 5.172, DE 25 DE OUTUBRO DE 1966 – Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. 643

LEI 5.256, DE 6 DE ABRIL DE 1967 – Dispõe sobre a prisão especial. 1151

* Conteúdo parcial.

LEI 5.474, DE 18 DE JULHO DE 1968 – Dispõe sobre as duplicatas e dá outras providências. 1151

LEI 5.478, DE 25 DE JULHO DE 1968 – Dispõe sobre ação de alimentos e dá outras providências..... 1153

LEI 5.584, DE 26 DE JUNHO DE 1970 – Dispõe sobre normas de direito processual do trabalho, altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, disciplina a concessão e prestação de assistência judiciária na Justiça do Trabalho e dá outras providências. 1156

LEI 5.764, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1971 – Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. (Material Suplementar para *download*)

LEI 5.889, DE 8 DE JUNHO DE 1973 – Estatui normas reguladoras do trabalho rural e dá outras providências. 1162

LEI 6.015, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1973 – Dispõe sobre os Registros Públicos, e dá outras providências. (Material Suplementar para *download*)

LEI 6.019, DE 3 DE JANEIRO DE 1974 – Dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências. 1188

LEI 6.024, DE 13 DE MARÇO DE 1974 – Dispõe sobre a intervenção e a liquidação extrajudicial de instituições financeiras, e dá outras providências. 1190

LEI 6.099, DE 12 DE SETEMBRO DE 1974 – Dispõe sobre o tratamento tributário das operações de arrendamento mercantil, e dá outras providências. 1195

LEI 6.194, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1974 – Dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não..... 1197

LEI 6.385, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1976 – Dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários. 1199

LEI 6.404, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1976 – Dispõe sobre as sociedades por ações..... 1205

LEI 6.515, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1977 – Regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências..... 1246

LEI 6.766, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1979 – Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências. (Material Suplementar para *download*)

LEI 6.830, DE 22 DE SETEMBRO DE 1980 – Dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública e dá outras providências. 1258

LEI 6.858, DE 24 DE NOVEMBRO DE 1980 – Dispõe sobre o pagamento, aos dependentes ou sucessores, de valores não recebidos em vida pelos respectivos titulares. (Material Suplementar para *download*)

LEI 6.899, DE 8 DE ABRIL DE 1981 – Determina a aplicação da correção monetária nos débitos oriundos de decisão judicial e dá outras providências. 1262

LEI 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981 – Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências (*)..... 1262

LEI 6.969, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1981 – Dispõe sobre a aquisição, por usucapião especial, de imóveis rurais, altera a redação do § 2º do art. 589 do Código Civil e dá outras providências. (Material Suplementar para *download*)

LEI 7.106, DE 28 DE JUNHO DE 1983 – Define os crimes de responsabilidade do Governador do Distrito Federal, dos Governadores dos Territórios Federais e de seus respectivos Secretários, e dá outras providências. (Material Suplementar para *download*)

* Conteúdo parcial.

LEI 7.209, DE 11 DE JULHO DE 1984 – Altera dispositivos do Decreto-lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e dá outras providências. (Material Suplementar para *download*)

LEI 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984 – Institui a Lei de Execução Penal. 1267

LEI 7.347, DE 24 DE JULHO DE 1985 – Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (vetado), e dá outras providências. 1282

LEI 7.357, DE 2 DE SETEMBRO DE 1985 – Dispõe sobre o cheque e dá outras providências. 1284

LEI 7.492, DE 16 DE JUNHO DE 1986 – Define os crimes contra o sistema financeiro nacional e dá outras providências. 1288

LEI 7.716, DE 5 DE JANEIRO DE 1989 – Define os crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor. 1290

LEI 7.783, DE 28 DE JUNHO DE 1989 – Dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais, regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, e dá outras providências. 1291

LEI 7.853, DE 24 DE OUTUBRO DE 1989 – Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. 1292

LEI 7.913, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1989 – Dispõe sobre a ação civil pública de responsabilidade por danos causados aos investidores no mercado de valores mobiliários. 1294

LEI 7.960, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1989 – Dispõe sobre prisão temporária. 1295

LEI 7.998, DE 11 DE JANEIRO DE 1990 – Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências. (Material Suplementar para *download*)

LEI 8.009, DE 29 DE MARÇO DE 1990 – Dispõe sobre a impenhorabilidade do bem de família. 1295

LEI 8.021, DE 12 DE ABRIL DE 1990 – Dispõe sobre a identificação dos contribuintes para fins fiscais e dá outras providências. 1296

LEI 8.036, DE 11 DE MAIO DE 1990 – Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências. 1297

LEI 8.038, DE 28 DE MAIO DE 1990 – Institui normas procedimentais para os processos que especifica, perante o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal. 1304

LEI 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990 – Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. 915

LEI 8.072, DE 25 DE JULHO DE 1990 – Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do artigo 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências. 1306

LEI 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990 – Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. 809

LEI 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990 – Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. 947

LEI 8.137, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1990 – Define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências. 1307

LEI 8.176, DE 8 DE FEVEREIRO DE 1991 – Define crimes contra a ordem econômica e cria o Sistema de Estoques de Combustíveis. 1309

LEI 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991 – Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências..... 1309

LEI 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991 – Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. 1326

LEI 8.245, DE 18 DE OUTUBRO DE 1991 – Dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes. 1345

LEI 8.397, DE 6 DE JANEIRO DE 1992 – Institui medida cautelar fiscal e dá outras providências..... 1352

LEI 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992 – Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências. 1353

- **LEI 8.437, DE 30 DE JUNHO DE 1992 – Dispõe sobre a concessão de medidas cautelares contra atos do Poder Público e dá outras providências. (Material Suplementar para *download*)**
- **LEI 8.560, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1992 – Regula a investigação de paternidade dos filhos havidos fora do casamento e dá outras providências. (Material Suplementar para *download*)**
- **LEI 8.658, DE 26 DE MAIO DE 1993 – Dispõe sobre a aplicação, nos Tribunais de Justiça e nos Tribunais Regionais Federais, das normas da Lei 8.038, de 28 de maio de 1990, sobre ações penais originárias. (Material Suplementar para *download*)**

LEI 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993 – Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências..... 1366

- **LEI 8.742 DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993 – Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. (Material Suplementar para *download*)**

LEI 8.906, DE 4 DE JULHO DE 1994 – Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). 989

LEI 8.934, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1994 – Dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e dá outras providências. 1388

- **LEI 8.935, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1994 – Regulamenta o artigo 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro. (Material Suplementar para *download*)**

LEI 8.955, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1994 – Dispõe sobre o contrato de franquia empresarial (*franchising*) e dá outras providências. 1392

LEI 8.971, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1994 – Regula o direito dos companheiros a alimentos e à sucessão ... 1393

- **LEI 8.984, DE 7 DE FEVEREIRO DE 1995 – Estende a competência da Justiça do Trabalho (art. 114 da Constituição Federal). (Material Suplementar para *download*)**
- **LEI 8.987, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1995 – Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências. (Material Suplementar para *download*)**

LEI 9.029, DE 13 DE ABRIL DE 1995 – Proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho, e dá outras providências. 1393

LEI 9.051, DE 18 DE MAIO DE 1995 – Dispõe sobre a expedição de certidões para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações..... 1394

LEI 9.093, DE 12 DE SETEMBRO DE 1995 – Dispõe sobre feriados. (Material Suplementar para *download*)

LEI 9.096, DE 19 DE SETEMBRO DE 1995 – Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal. 1394

LEI 9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995 – Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. 1400

LEI 9.263 DE 12 DE JANEIRO DE 1996 – Regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências. (Material Suplementar para *download*)

LEI 9.265, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1996 – Regulamenta o inciso LXXVII do art. 5º da Constituição, dispondo sobre a gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania. 1406

LEI 9.278, DE 10 DE MAIO DE 1996 – Regula o § 3º do art. 226 da Constituição Federal. 1407

LEI 9.279, DE 14 DE MAIO DE 1996 – Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. .. 1407

LEI 9.289, DE 4 DE JULHO DE 1996 – Dispõe sobre as custas devidas a União, na Justiça Federal de primeiro e segundo graus e dá outras providências. (Material Suplementar para *download*)

LEI 9.296, DE 24 DE JULHO DE 1996 – Regulamenta o inciso XII, parte final, do artigo 5º da Constituição Federal. 1422

LEI 9.307, DE 23 DE SETEMBRO DE 1996 – Dispõe sobre a arbitragem. 1422

LEI 9.430, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1996 – Dispõe sobre a legislação tributária federal, as contribuições para a seguridade social, o processo administrativo de consulta e dá outras providências. (Material Suplementar para *download*)

LEI 9.434, DE 4 DE FEVEREIRO DE 1997 – Dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências. 1426

LEI 9.447, DE 14 DE MARÇO DE 1997 – Dispõe sobre a responsabilidade solidária de controladores de instituições submetidas aos regimes de que tratam a Lei 6.024, de 13 de março de 1974, e o Decreto-lei 2.321, de 25 de fevereiro de 1987; (...) (Material Suplementar para *download*)

LEI 9.455, DE 7 DE ABRIL DE 1997 – Define os crimes de tortura e dá outras providências. 1428

LEI 9.474, DE 22 DE JULHO DE 1997 – Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. (Material Suplementar para *download*)

LEI 9.492, DE 10 DE SETEMBRO DE 1997 – Define competência, regulamenta os serviços concernentes ao protesto de títulos e outros documentos de dívida e dá outras providências. 1429

LEI 9.494, DE 10 DE SETEMBRO DE 1997 – Disciplina a aplicação da tutela antecipada contra a Fazenda Pública, altera a Lei 7.347, de 24 de julho de 1985, e dá outras providências. 1432

LEI 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997 – Institui o Código de Trânsito Brasileiro. 823

LEI 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997 – Estabelece normas para as eleições. 1433

LEI 9.507, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1997 – Regula o direito de acesso a informações e disciplina o rito processual do *habeas data* 1453

LEI 9.514, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1997 – Dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário, institui a alienação fiduciária de coisa imóvel e dá outras providências. (Material Suplementar para *download*)

LEI 9.601, DE 21 DE JANEIRO DE 1998 – Dispõe sobre o contrato de trabalho por prazo determinado e dá outras providências. 1454

LEI 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998 – Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, dá outras providências..... 1455

LEI 9.608, DE 18 DE FEVEREIRO DE 1998 – Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências..... 1462

LEI 9.609, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998 – Dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País, e dá outras providências..... 1462

LEI 9.610, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998 – Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. 1464

LEI 9.613, DE 3 DE MARÇO DE 1998 – Dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, e dá outras providências..... 1474

LEI 9.636, DE 15 DE MAIO DE 1998 – Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, altera dispositivos dos Decretos-Leis 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987, regulamenta o § 2º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências (*) (Material Suplementar para *download*)

LEI 9.703 DE 17 DE NOVEMBRO DE 1998 – Dispõe sobre os depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos e contribuições federais. (Material Suplementar para *download*)

LEI 9.709, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1998 – Regulamenta a execução do disposto nos incisos I, II e III do art. 14 da Constituição Federal. (Material Suplementar para *download*)

LEI 9.784, DE 29 DE JANEIRO DE 1999 – Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal..... 1480

LEI 9.790, DE 23 DE MARÇO DE 1999 – Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. (Material Suplementar para *download*)

LEI 9.807, DE 13 DE JULHO DE 1999 – Estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal. 1485

LEI 9.867 DE 10 DE NOVEMBRO DE 1999 – Dispõe sobre a criação e o funcionamento de Cooperativas Sociais, visando à integração social dos cidadãos, conforme especifica. (Material Suplementar para *download*)

LEI 9.868, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1999 – Dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal. 1487

LEI 9.873, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1999 – Estabelece prazo de prescrição para o exercício de ação punitiva pela Administração Pública Federal, direta, e indireta, e dá outras providências. 1489

LEI 9.882, DE 3 DE DEZEMBRO DE 1999 – Dispõe sobre o processo e julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental, nos termos do § 1º do art. 102 da Constituição Federal..... 1490

LEI 9.964, DE 10 DE ABRIL DE 2000 – Institui o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS e dá outras providências, e altera as Leis 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.844, de 20 de janeiro de 1994. (Material Suplementar para *download*)

* Conteúdo parcial.

LEI 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000 – Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII, da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. (Material Suplementar para *download*)

LEI 10.048, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2000 – Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. 1501

LEI 10.098 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000 – Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. (Material Suplementar para *download*)

LEI 10.101, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000 – Dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa e dá outras providências. 1502

LEI 10.169, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2000 – Regula o § 2º do artigo 236 da Constituição Federal, mediante o estabelecimento de normas gerais para a fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro. 1503

LEI 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001 – Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. 1021

LEI 10.259, DE 12 DE JULHO DE 2001 – Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal. 1508

LEI 10.303, DE 31 DE OUTUBRO DE 2001 – Altera e acrescenta dispositivos na Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que dispõe sobre as Sociedades por Ações, e na Lei 6.385, de 7 de dezembro de 1976, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários. 1510

LEI 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002 – Institui o Código Civil. 142

LEI 10.446, DE 8 DE MAIO DE 2002 – Dispõe sobre infrações penais de repercussão interestadual ou internacional que exigem repressão uniforme, para os fins do disposto no inciso I do § 1º do art. 144 da Constituição. 1511

LEI 10.520, DE 17 DE JULHO DE 2002 – Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. 1511

LEI 10.671, DE 15 DE MAIO DE 2003 – Dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor e dá outras providências. 1028

LEI 10.684 DE 30 DE MAIO DE 2003 – Altera a legislação tributária, dispõe sobre parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal, à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e ao Instituto Nacional do Seguro Social e dá outras providências. (Material Suplementar para *download*)

LEI 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003 – Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. 1032

LEI 10.792, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2003 – Altera a Lei 7.210, de 11 de junho de 1984 – Lei de Execução Penal e o Decreto-Lei 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e dá outras providências. 1512

LEI 10.820, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2003 – Dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, e dá outras providências. (Material Suplementar para *download*)

LEI 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003 – Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM, define crimes e dá outras providências. 1040

LEI 10.931, DE 02 DE AGOSTO DE 2004 – Dispõe sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, Letra de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Bancário, altera o Decreto-lei 911, de 1o de outubro de 1969, as Leis 4.591, de 16 de dezembro de 1964, 4.728, de 14 de julho de 1965, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e dá outras providências. (Material Suplementar para *download*)

LEI 10.962, DE 11 DE OUTUBRO DE 2004 – Dispõe sobre a oferta e as formas de afixação de preços de produtos e serviços para o consumidor. (Material Suplementar para *download*)

LEI 11.079, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004 – Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. 1513

LEI 11.101, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2005 – Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária..... 1518

LEI 11.105, DE 24 DE MARÇO DE 2005 – Regulamenta os incisos II, IV e V do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança – PNB, revoga a Lei 8.974, de 5 de janeiro de 1995, e a Medida Provisória 2.191-9, de 23 de agosto de 2001, e os arts. 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10 e 16 da Lei 10.814, de 15 de dezembro de 2003, e dá outras providências. 1539

LEI 11.107, DE 6 DE ABRIL DE 2005 – Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências. 1544

LEI 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006 – Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. 1549

LEI 11.343, DE 23 DE AGOSTO DE 2006 – Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – SISNAD; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências..... 1553

LEI 11.417, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006 – Regulamenta o art. 103-A da Constituição Federal e altera a Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999, disciplinando a edição, a revisão e o cancelamento de enunciado de súmula vinculante pelo Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências. 1561

LEI 11.419, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006 – Dispõe sobre a informatização do processo judicial; altera a Lei 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil; e dá outras providências..... 1562

LEI 11.428, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2006 – Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências. (Material Suplementar para *download*)

LEI 11.457, DE 16 DE MARÇO DE 2007 – Dispõe sobre a Administração Tributária Federal; altera as Leis 10.593, de 6 de dezembro de 2002, 10.683, de 28 de maio de 2003, 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.910, de 15 de julho de 2004, o Decreto-lei 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto 70.235, de 6 de março de 1972; revoga dispositivos das Leis 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.593, de 6 de dezembro de 2002, 10.910, de 15 de julho de 2004, 11.098, de 13 de janeiro de 2005, e 9.317, de 5 de dezembro de 1996; e dá outras providências. (Material Suplementar para *download*)

LEI 11.482, DE 31 DE MAIO DE 2007 – Efetua alterações na tabela do imposto de renda da pessoa física; dispõe sobre a redução a 0 (zero) da alíquota da CPMF nas hipóteses que menciona; (...) (Material Suplementar para *download*)

LEI 11.577 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2007 – Torna obrigatória a divulgação pelos meios que especifica de mensagem relativa à exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes apontando formas para efetuar denúncias. (Material Suplementar para *download*)

LEI 11.598, DE 3 DEZEMBRO DE 2007 – Estabelece diretrizes e procedimentos para a simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, cria a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – REDESIM; altera a Lei 8.934, de 18 de novembro de 1994; revoga dispositivos do Dec. lei 1.715, de 22 de novembro de 1979, e das Leis 7.711, de 22 de dezembro de 1988, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.212, de 24 de julho de 1991, e 8.906, de 4 de julho de 1994; e dá outras providências. (Material Suplementar para *download*)

LEI 11.636, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2007 – Dispõe sobre as custas judiciais devidas no âmbito do Superior Tribunal de Justiça..... 1563

LEI 11.638, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2007 – Altera e revoga dispositivos da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. 1564

LEI 11.648, DE 31 DE MARÇO DE 2008 – Dispõe sobre o reconhecimento formal das centrais sindicais para os fins que especifica, altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-lei 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências. 1564

LEI 11.671, DE 8 DE MAIO DE 2008 – Dispõe sobre a transferência e inclusão de presos em estabelecimentos penais federais de segurança máxima e dá outras providências..... 1565

LEI 11.705, DE 19 DE JUNHO DE 2008 – Altera a Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997, que "institui o Código de Trânsito Brasileiro", e a Lei 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígeros, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal, para inibir o consumo de bebida alcoólica por condutor de veículo automotor, e dá outras providências. 1566

LEI 11.770, DE 9 DE SETEMBRO DE 2008 – Cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal, e altera a Lei 8.212, de 24 de julho de 1991..... 1568

LEI 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008 – Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-lei 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.... 1568

LEI 11.804, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2008 – Disciplina o direito a alimentos gravídicos e a forma como ele será exercido e dá outras providências. 1570

LEI 11.971 DE 6 DE JULHO DE 2009 – Dispõe sobre as certidões expedidas pelos Ofícios do Registro de Distribuição e Distribuidores Judiciais. (Material Suplementar para *download*)

LEI 12.007 DE 29 DE JULHO DE 2009 – Dispõe sobre a emissão de declaração de quitação anual de débitos pelas pessoas jurídicas prestadoras de serviços públicos ou privados. (Material Suplementar para *download*)

LEI 12.009, DE 29 DE JULHO DE 2009 – Regulamenta o exercício das atividades dos profissionais em transporte de passageiros, "mototaxista", em entrega de mercadorias e em serviço comunitário de rua, e "motoboy", com o uso de motocicleta, altera a Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997, para dispor sobre regras de segurança dos serviços de transporte remunerado

de mercadorias em motocicletas e motonetas - moto-frete –, estabelece regras gerais para a regulação deste serviço e dá outras providências. (Material Suplementar para *download*)

LEI 12.010, DE 3 DE AGOSTO DE 2009 – Dispõe sobre adoção; altera as Leis 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-lei 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. 1571

LEI 12.016, DE 7 DE AGOSTO DE 2009 – Disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências. 1571

LEI 12.030, DE 17 DE SETEMBRO DE 2009 – Dispõe sobre as perícias oficiais e dá outras providências. (Material Suplementar para *download*)

LEI 12.037, DE 1º DE OUTUBRO DE 2009 – Dispõe sobre a identificação criminal do civilmente identificado, regulamentando o art. 5º, inciso LVIII, da Constituição Federal. 1584

LEI 12.153, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009 – Dispõe sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios. 1585

LEI 12.288, DE 20 DE JULHO DE 2010 – Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. 1071

LEI 12.291, DE 20 DE JULHO DE 2010 – Torna obrigatória a manutenção de exemplar do Código de Defesa do Consumidor nos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços. 1589

LEI 12.318, DE 26 DE AGOSTO DE 2010 – Dispõe sobre a alienação parental e altera o art. 236 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. 1590

LEI 12.414, DE 9 DE JUNHO DE 2011 – Disciplina a formação e consulta a bancos de dados com informações de adimplemento, de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas, para formação de histórico de crédito. 1595

LEI 12.462, DE 4 DE AGOSTO DE 2011 – Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC; altera a Lei 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, a legislação da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e a legislação da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero); cria a Secretaria de Aviação Civil, cargos de Ministro de Estado, cargos em comissão e cargos de Controlador de Tráfego Aéreo; autoriza a contratação de controladores de tráfego aéreo temporários; altera as Leis nos 11.182, de 27 de setembro de 2005, 5.862, de 12 de dezembro de 1972, 8.399, de 7 de janeiro de 1992, 11.526, de 4 de outubro de 2007, 11.458, de 19 de março de 2007, e 12.350, de 20 de dezembro de 2010, e a Medida Provisória 2.185-35, de 24 de agosto de 2001; e revoga dispositivos da Lei 9.649, de 27 de maio de 1998 (*). 1597

LEI 12.506, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011 – Dispõe sobre o aviso prévio e dá outras providências. 1604

LEI 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011 – Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. 1604

LEI 12.529, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011 – Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; altera a Lei 8.137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto-lei 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e a Lei 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos da Lei 8.884, de 11 de junho de 1994, e a Lei 9.781, de 19 de janeiro de 1999; e dá outras providências. 1609

* Conteúdo parcial.

LEI 12.562, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011 – Regulamenta o inciso III do art. 36 da Constituição Federal, para dispor sobre o processo e julgamento da representação interventiva perante o Supremo Tribunal Federal. (Material Suplementar para *download*)

LEI 12.587, DE 3 DE JANEIRO DE 2012 – Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivos dos Decretos-Leis 3.326, de 3 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis 5.917, de 10 de setembro de 1973, e 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras providências..... 1622

LEI 12.594, DE 18 DE JANEIRO DE 2012 – Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-leis 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-lei 5.452, de 1º de maio de 1943 (*). 1626

LEI 12.618, DE 30 DE ABRIL DE 2012 – Institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, inclusive os membros dos órgãos que menciona; fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência de que trata o art. 40 da Constituição Federal; (...) (Material Suplementar para *download*)

LEI 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012 – Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências..... 899

LEI 12.653 DE 28 DE MAIO DE 2012 – Acresce o art. 135-A ao Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para tipificar o crime de condicionar atendimento médico-hospitalar emergencial a qualquer garantia e dá outras providências. (Material Suplementar para *download*)

LEI 12.662, DE 5 DE JUNHO DE 2012 – Assegura validade nacional à Declaração de Nascido Vivo – DNV, regula sua expedição, altera a Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dá outras providências..... 1632

LEI 12.690, DE 19 DE JULHO DE 2012 – Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho – PRONACOOP; e revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943..... 1633

LEI 12.694, DE 24 DE JULHO DE 2012 – Dispõe sobre o processo e o julgamento colegiado em primeiro grau de jurisdição de crimes praticados por organizações criminosas; altera o Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, o Decreto-lei 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e as Leis 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, e 10.826, de 22 de dezembro de 2003; e dá outras providências(*)..... 1635

LEI 12.714 DE 14 DE SETEMBRO DE 2012 – Dispõe sobre o sistema de acompanhamento da execução das penas, da prisão cautelar e da medida de segurança. (Material Suplementar para *download*)

LEI 12.741, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2012 – Dispõe sobre as medidas de esclarecimento ao consumidor, de que trata o § 5º do artigo 150 da Constituição Federal; altera o inciso III do art. 6º e o inciso IV do art. 106 da Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor. 1635

LEI 12.761, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012 – Institui o Programa de Cultura do Trabalhador; cria o vale-cultura; altera as Leis 8.212, de 24 de julho de 1991, e 7.713, de 22 de dezembro de 1988,

* Conteúdo parcial.

e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. (Material Suplementar para *download*)

LEI 12.815, DE 5 DE JUNHO DE 2013 – Dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários; altera as Leis 5.025, de 10 de junho de 1966, 10.233, de 5 de junho de 2001, 10.683, de 28 de maio de 2003, 9.719, de 27 de novembro de 1998, e 8.213, de 24 de julho de 1991; revoga as Leis 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, e 11.610, de 12 de dezembro de 2007, e dispositivos das Leis 11.314, de 3 de julho de 2006, e 11.518, de 5 de setembro de 2007; e dá outras providências. 1640

LEI 12.830, DE 20 DE JUNHO DE 2013 – Dispõe sobre a investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia. 1647

LEI 12.845, DE 1º DE AGOSTO DE 2013 – Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual. 1647

LEI 12.846, DE 1º DE AGOSTO DE 2013 – Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências. 1647

LEI 12.850, DE 2 DE AGOSTO DE 2013 – Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências. 1650

LEI 12.852, DE 5 DE AGOSTO DE 2013 – Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. 1076

LEI 12.853, DE 14 DE AGOSTO DE 2013 – Altera os arts. 5º, 68, 97, 98, 99 e 100, acrescenta arts. 98-A, 98-B, 98-C, 99-A, 99-B, 100-A, 100-B e 109-A e revoga o art. 94 da Lei 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para dispor sobre a gestão coletiva de direitos autorais, e dá outras providências. (Material Suplementar para *download*)

LEI 12.965, DE 23 DE ABRIL DE 2014 – Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. 1653

LEI 12.974, DE 15 DE MAIO DE 2014 – Dispõe sobre as atividades das Agências de Turismo. (Material Suplementar para *download*)

LEI 12.977, DE 20 DE MAIO DE 2014 – Regula e disciplina a atividade de desmontagem de veículos automotores terrestres; altera o art. 126 da Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro; e dá outras providências (*). 1358

LEI 12.984, DE 2 DE JUNHO DE 2014 – Define o crime de discriminação dos portadores do vírus da imunodeficiência humana (HIV) e doentes de aids. 1657

LEI 12.990, DE 9 DE JUNHO DE 2014 – Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. (Material Suplementar para *download*)

LEI 13.001, DE 20 DE JUNHO DE 2014 – Dispõe sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária; concede remissão nos casos em que especifica; (...) (Material Suplementar para *download*)

* Conteúdo parcial.

LEI 13.018, DE 22 DE JULHO DE 2014 – Institui a Política Nacional de Cultura Viva e dá outras providências. (Material Suplementar para *download*)

LEI 13.019, DE 31 DE JULHO DE 2014 – Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. (Material Suplementar para *download*)

LEI 13.022, DE 8 DE AGOSTO DE 2014 – Dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais..... 1081

LEI 13.043, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014 – Dispõe sobre os fundos de índice de renda fixa, sobre a responsabilidade tributária na integralização de cotas de fundos ou clubes de investimento por meio da entrega de ativos financeiros, sobre a tributação das operações de empréstimos de ativos financeiros e sobre a isenção de imposto sobre a renda na alienação de ações de empresas pequenas e médias; prorroga o prazo de que trata a Lei 12.431, de 24 de junho de 2011 (...) (Material Suplementar para *download*)

LEI 13.060, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014 – Disciplina o uso dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos agentes de segurança pública, em todo o território nacional. (Material Suplementar para *download*)

LEI 13.089, DE 12 DE JANEIRO DE 2015 – Institui o Estatuto da Metrópole, altera a Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências..... 1082

LEI 13.097, DE 19 DE JANEIRO DE 2015 – Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS, da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação incidentes sobre a receita de vendas e na importação de partes utilizadas em aerogeradores; prorroga os benefícios previstos nas Leis (...) e dá outras providências. (Material Suplementar para *download*)

LEI 13.103, DE 2 DE MARÇO DE 2015 – Dispõe sobre o exercício da profissão de motorista; altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, e 11.442, de 5 de janeiro de 2007 (empresas e transportadores autônomos de carga), para disciplinar a jornada de trabalho e o tempo de direção do motorista profissional; altera a Lei 7.408, de 25 de novembro de 1985; revoga dispositivos da Lei 12.619, de 30 de abril de 2012; e dá outras providências..... 1687

LEI 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015 – Novo Código de Processo Civil 278

LEI 13.116, DE 20 DE ABRIL DE 2015 – Estabelece normas gerais para implantação e compartilhamento da infraestrutura de telecomunicações e altera as Leis 9.472, de 16 de julho de 1997, 11.934, de 5 de maio de 2009, e 10.257, de 10 de julho de 2001. (Material Suplementar para *download*)

LEI 13.123, DE 20 DE MAIO DE 2015 – Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, o Artigo 1, a alínea j do Artigo 8, a alínea c do Artigo 10, o Artigo 15 e os §§ 3º e 4º do Artigo 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória 2.186-16, de 23 de agosto de 2001; e dá outras providências. (Material Suplementar para *download*)

LEI 13.140, DE 26 DE JUNHO DE 2015 – Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública; altera a Lei 9.469, de 10 de julho de 1997, e o Decreto 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga o § 2º do art. 6º da Lei 9.469, de 10 de julho de 1997. 1669

LEI 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015 – Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). 1085

- **LEI 13.152, DE 29 DE JULHO DE 2015 – Dispõe sobre a política de valorização do salário-mínimo e dos benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS) para o período de 2016 a 2019. (Material Suplementar para *download*)**
- **LEI 13.155, DE 4 DE AGOSTO DE 2015 – Estabelece princípios e práticas de responsabilidade fiscal e financeira e de gestão transparente e democrática para entidades desportivas profissionais de futebol; institui parcelamentos especiais para recuperação de dívidas pela União, cria a Autoridade Pública de Governança do Futebol – APFUT; dispõe sobre a gestão temerária no âmbito das entidades desportivas profissionais; cria a Loteria Exclusiva – LOTEX; (...) (Material Suplementar para *download*)**

LEI 13.165, DE 29 DE SETEMBRO DE 2015 – Altera as Leis 9.504, de 30 de setembro de 1997, 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral, para reduzir os custos das campanhas eleitorais, simplificar a administração dos Partidos Políticos e incentivar a participação feminina. 1673

- **LEI 13.170, DE 16 DE OUTUBRO DE 2015 – Disciplina a ação de indisponibilidade de bens, direitos ou valores em decorrência de resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas – CSNU. (Material Suplementar para *download*)**
- **LEI 13.178, DE 22 DE OUTUBRO DE 2015 – Dispõe sobre a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e concessões de terras públicas situadas nas faixas de fronteira; e revoga o Decreto-Lei 1.414, de 18 de agosto de 1975, e a Lei 9.871, de 23 de novembro de 1999. (Material Suplementar para *download*)**
- **LEI 13.179, DE 22 DE OUTUBRO DE 2015 – Obriga o fornecedor de ingresso para evento cultural pela internet a tornar disponível a venda de meia-entrada por esse veículo. (Material Suplementar para *download*)**
- **LEI 13.180, DE 22 DE OUTUBRO DE 2015 – Dispõe sobre a profissão de artesão e dá outras providências. (Material Suplementar para *download*)**

LEI 13.185, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2015 – Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*Bullying*). 1673

- **LEI 13.186, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2015 – Institui a Política de Educação para o Consumo Sustentável. (Material Suplementar para *download*)**

LEI 13.188, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2015 – Dispõe sobre o direito de resposta ou retificação do ofendido em matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social..... 1674

LEI 13.189, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2015 – Institui o Programa Seguro-Emprego (PSE) 1675

- **LEI 13.202, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2015 – Institui o Programa de Redução de Litígios Tributários – PRORELIT; autoriza o Poder Executivo federal a atualizar monetariamente o valor das taxas que indica; altera as Leis 12.873, de 24 de outubro de 2013, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e 12.546, de 14 de dezembro de 2011; e dá outras providências. (Material Suplementar para *download*)**
- **LEI 13.203, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2015 – Dispõe sobre a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica; institui a bonificação pela outorga; (...) (Material Suplementar para *download*)**
- **Lei 13.240, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015 – Dispõe sobre a administração, a alienação, a transferência de gestão de imóveis da União e seu uso para a constituição de fundos; altera a Lei 9.636, de 15 de maio de 1998, e os Decretos-Leis 3.438, de 17 de julho de 1941, 9.760, de 5 de setembro de 1946, 271, de 28 de fevereiro de 1967, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987; e revoga dispositivo da Lei 13.139, de 26 de junho de 2015. (Material Suplementar para *download*)**

LEI 13.254, DE 13 DE JANEIRO DE 2016 – Dispõe sobre o Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT) de recursos, bens ou direitos de origem lícita, não declarados ou declarados incorretamente, remetidos, mantidos no exterior ou repatriados por residentes ou domiciliados no País. (Material Suplementar para *download*)

LEI 13.257, DE 8 DE MARÇO DE 2016 – Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei 12.662, de 5 de junho de 2012 (*) 1678

LEI 13.259, DE 16 DE MARÇO DE 2016 – Altera as Leis 8.981, de 20 de janeiro de 1995, para dispor acerca da incidência de imposto sobre a renda na hipótese de ganho de capital em decorrência da alienação de bens e direitos de qualquer natureza, e 12.973, de 13 de maio de 2014, para possibilitar opção de tributação de empresas coligadas no exterior na forma de empresas controladas; e regulamenta o inciso XI do art. 156 da Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional. (Material Suplementar para *download*)

LEI 13.260, DE 16 DE MARÇO DE 2016 – Regulamenta o disposto no inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal, disciplinando o terrorismo, tratando de disposições investigatórias e processuais e reformulando o conceito de organização terrorista; e altera as Leis 7.960, de 21 de dezembro de 1989, e 12.850, de 2 de agosto de 2013. 1681

LEI 13.267, DE 6 DE ABRIL DE 2016 – Disciplina a criação e a organização das associações denominadas empresas juniores, com funcionamento perante instituições de ensino superior. (Material Suplementar para *download*)

LEI 13.271, DE 15 DE ABRIL DE 2016 – Dispõe sobre a proibição de revista íntima de funcionárias nos locais de trabalho e trata da revista íntima em ambientes prisionais. 1683

LEI 13.281 DE 4 DE MAIO DE 2016 – Altera a Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), e a Lei 13.146, de 6 de julho de 2015. (Material Suplementar para *download*)

LEI 13.294 DE 6 DE JUNHO DE 2016 – Dispõe sobre o prazo para emissão de recibo de quitação integral de débitos de qualquer natureza pelas instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, nos termos da Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964. (Material Suplementar para *download*)

LEI 13.300, DE 23 DE JUNHO DE 2016 – Disciplina o processo e o julgamento dos mandados de injunção individual e coletivo e dá outras providências. 1685

LEI 13.303, DE 30 DE JUNHO DE 2016 – Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. 1096

LEI 13.311, DE 11 DE JULHO DE 2016 – Institui, nos termos do caput do art. 182 da Constituição Federal, normas gerais para a ocupação e utilização de área pública urbana por equipamentos urbanos do tipo quiosque, trailer, feira e banca de venda de jornais e de revistas. (Material Suplementar para *download*)

LEI 13.316, DE 20 DE JULHO DE 2016 – Dispõe sobre as carreiras dos servidores do Ministério Público da União e as carreiras dos servidores do Conselho Nacional do Ministério Público; fixa valores de sua remuneração; e revoga a Lei 11.415, de 15 de dezembro de 2006. (Material Suplementar para *download*)

* Conteúdo parcial.

LEI 13.319, DE 25 DE JULHO DE 2016 – Extingue o Adicional de Tarifa Aeroportuária; amplia o limite de participação do investimento estrangeiro na aviação civil; (...) (Material Suplementar para *download*)

LEI 13.334, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016 – Cria o Programa de Parcerias de Investimentos – PPI; altera a Lei 10.683, de 28 de maio de 2003, e dá outras providências. (Material Suplementar para *download*)

LEI 13.344, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016 – Dispõe sobre prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas e sobre medidas de atenção às vítimas; altera a Lei 6.815, de 19 de agosto de 1980, o Decreto-Lei 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e o Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e revoga dispositivos do Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal)..... 1686

LEI 13.415, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2017 – Altera as Leis 9.394, de 20.12.1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20.06.2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (*) (Material Suplementar para *download*)

LEI 13.419, DE 13 DE MARÇO DE 2017 – Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar o rateio, entre empregados, da cobrança adicional sobre as despesas em bares, restaurantes, hotéis, motéis e estabelecimentos similares (Material Suplementar para *download*)

LEI 13.420, DE 13 DE MARÇO DE 2017 – Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943, para incentivar a formação técnico-profissional de adolescentes e jovens em áreas relacionadas à gestão e prática de atividades desportivas e à prestação de serviços relacionados à infraestrutura, à organização e à promoção de eventos esportivos e dá outras providências. (Material Suplementar para *download*)

LEI 13.425, DE 30 DE MARÇO DE 2017 – Estabelece diretrizes gerais sobre medidas de prevenção e combate a incêndio e a desastres em estabelecimentos, edificações e áreas de reunião de público; altera as Leis 8.078, de 11 de setembro de 1990, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil; e dá outras providências. (Material Suplementar para *download*)

LEI 13.431, DE 4 DE ABRIL DE 2017 – Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente)..... 1697

LEI 13.432, DE 11 DE ABRIL DE 2017 – Dispõe sobre o exercício da profissão de detetive particular. (Material Suplementar para *download*)

LEI 13.434, DE 12 DE ABRIL DE 2017 – Acrescenta parágrafo único ao art. 292 do Decreto-Lei 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para vedar o uso de algemas em mulheres grávidas durante o parto e em mulheres durante a fase de puerpério imediato (*). (Material Suplementar para *download*)

LEI 13.436, DE 12 DE ABRIL DE 2017 – Altera a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para garantir o direito a acompanhamento e orientação à mãe com relação à amamentação (*) (Material Suplementar para *download*)

LEI 13.438, DE 26 DE ABRIL DE 2017 – Altera a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para tornar obrigatória a adoção pelo Sistema Único de Saúde (SUS) de protocolo que estabeleça padrões para a avaliação de riscos para o desenvolvimento psíquico das crianças*. (Material Suplementar para *download*)

* Conteúdo parcial.

LEI 13.439, DE 27 DE ABRIL DE 2017 – Cria o Programa Cartão Reforma e dá outras providências. (Material Suplementar para *download*)

LEI 13.440, DE 8 DE MAIO DE 2017 – Altera o art. 244-A da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente* (Material Suplementar para *download*)

Lei 13.441, DE 8 DE MAIO DE 2017 – Altera a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever a infiltração de agentes de polícia na internet com o fim de investigar crimes contra a dignidade sexual de criança e de adolescente* (Material Suplementar para *download*)

LEI 13.444, DE 11 DE MAIO DE 2017 – Dispõe sobre a Identificação Civil Nacional (ICN). 1699

LEI 13.445, DE 24 DE MAIO DE 2017 – Institui a Lei de Migração. 1700

LEI 13.448, DE 5 DE JUNHO DE 2017 – Estabelece diretrizes gerais para prorrogação e relicitação dos contratos de parceria definidos nos termos da Lei 13.334, de 13 de setembro de 2016, nos setores rodoviário, ferroviário e aeroportuário da administração pública federal, e altera a Lei 10.233, de 5 de junho de 2001, e a Lei 8.987, de 13 de fevereiro de 1995. (Material Suplementar para *download*)

LEI 13.455, DE 26 DE JUNHO DE 2017 – Dispõe sobre a diferenciação de preços de bens e serviços oferecidos ao público em função do prazo ou do instrumento de pagamento utilizado, e altera a Lei 10.962, de 11 de outubro de 2004. 1710

LEI 13.457, DE 26 DE JUNHO DE 2017 – Altera as Leis 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, e 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, que dispõe sobre a reestruturação da composição remuneratória da Carreira de Perito Médico Previdenciário e da Carreira de Supervisor Médico-Pericial; e institui o Bônus Especial de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade. (Material Suplementar para *download*)

LEI 13.463, DE 6 DE JULHO DE 2017 – Dispõe sobre os recursos destinados aos pagamentos decorrentes de precatórios e de Requisições de Pequeno Valor (RPV) federais. (Material Suplementar para *download*)

LEI 13.460, DE 26 DE JUNHO DE 2017 – Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública. 1710

LEI 13.465, DE 11 DE JULHO DE 2017 – Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União; altera as Leis 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, 13.001, de 20 de junho de 2014, 11.952, de 25 de junho de 2009, 13.340, de 28 de setembro de 2016, 8.666, de 21 de junho de 1993, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 12.512, de 14 de outubro de 2011, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), 11.977, de 7 de julho de 2009, 9.514, de 20 de novembro de 1997, 11.124, de 16 de junho de 2005, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 10.257, de 10 de julho de 2001, 12.651, de 25 de maio de 2012, 13.240, de 30 de dezembro de 2015, 9.636, de 15 de maio de 1998, 8.036, de 11 de maio de 1990, 13.139, de 26 de junho de 2015, 11.483, de 31 de maio de 2007, e a 12.712, de 30 de agosto de 2012, a Medida Provisória no 2.220, de 4 de setembro de 2001, e os Decretos-Leis 2.398, de 21 de dezembro de 1987, 1.876, de 15 de julho de 1981, 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 3.365, de 21 de junho de 1941; revoga dispositivos da Lei Complementar 76, de 6 de julho de 1993, e da Lei 13.347, de 10 de outubro de 2016; e dá outras providências (*) 1712

LEI 13.466, DE 12 DE JULHO DE 2017 – Altera os arts. 3º, 15 e 71 da Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências*. (Material Suplementar para *download*)

LEI 13.467, DE 13 DE JULHO DE 2017 – Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. (Material Suplementar para *download*)

- **LEI 13.475, DE 28 DE AGOSTO DE 2017 – Dispõe sobre o exercício da profissão de tripulante de aeronave, denominado aeronauta; e revoga a Lei 7.183, de 5 de abril de 1984. (Material Suplementar para *download*)**
- **LEI 13.483, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017 – Institui a Taxa de Longo Prazo (TLP); dispõe sobre a remuneração dos recursos do Fundo de Participação PIS-Pasep, do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do Fundo da Marinha Mercante (FMM) e sobre a remuneração dos financiamentos concedidos pelo Tesouro Nacional ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); (...) (Material Suplementar para *download*)**
- **LEI 13.484, DE 26 DE SETEMBRO DE 2017 – Altera a Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos* (Material Suplementar para *download*)**
- **LEI 13.485, DE 2 DE OUTUBRO DE 2017 – Dispõe sobre o parcelamento de débitos com a Fazenda Nacional relativos às contribuições previdenciárias de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e sobre a revisão da dívida previdenciária dos Municípios pelo Poder Executivo federal; altera a Lei 9.796, de 5 de maio de 1999; e dá outras providências. (Material Suplementar para *download*)**
- **LEI 13.486, DE 3 DE OUTUBRO DE 2017 – Altera o art. 8º da Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para dispor sobre os deveres do fornecedor de higienizar os equipamentos e utensílios utilizados no fornecimento de produtos ou serviços e de informar, quando for o caso, sobre o risco de contaminação* (Material Suplementar para *download*)**
- **LEI 13.487, DE 6 DE OUTUBRO DE 2017 – Altera as Leis 9.504, de 30 de setembro de 1997, e 9.096, de 19 de setembro de 1995, para instituir o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) e extinguir a propaganda partidária no rádio e na televisão* (Material Suplementar para *download*)**
- **LEI 13.488, DE 6 DE OUTUBRO DE 2017 – Altera as Leis 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), e revoga dispositivos da Lei 13.165, de 29 de setembro de 2015 (Minirreforma Eleitoral de 2015), com o fim de promover reforma no ordenamento político-eleitoral. (Material Suplementar para *download*)**
- **LEI 13.494, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017 – Institui o Programa de Regularização de Débitos não Tributários (PRD) nas autarquias e fundações públicas federais e na Procuradoria-Geral Federal; altera as Leis 10.522, de 19 de julho de 2002, e 8.213, de 24 de julho de 1991; e dá outras providências. (Material Suplementar para *download*)**
- **LEI 13.495, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017 – Altera dispositivos da Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para possibilitar ao proprietário cadastrar o principal condutor do veículo automotor no Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam), para fins de responsabilidade* (Material Suplementar para *download*)**
- **LEI 13.496, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017 – Institui o Programa Especial de Regularização Tributária (Pert) na Secretaria da Receita Federal do Brasil e na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional; e altera a Lei 12.249, de 11 de junho de 2010, e o Decreto 70.235, de 6 de março de 1972. (Material Suplementar para *download*)**
- **LEI 13.497, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017 – Altera a Lei 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o crime de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito no rol dos crimes hediondos* (Material Suplementar para *download*)**
- **LEI 13.505, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2017 – Acrescenta dispositivos à Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre o direito da mulher em situação de violência doméstica e familiar de ter atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado, preferencialmente, por servidores do sexo feminino. (Material Suplementar para *download*)**

LEI 13.506, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017 – Dispõe sobre o processo administrativo sancionador na esfera de atuação do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários; altera a Lei 6.385, de

* Conteúdo parcial.

7 de dezembro de 1976, a Lei 4.131, de 3 de setembro de 1962, a Lei 4.829, de 5 de novembro de 1965, a Lei 6.024, de 13 de março de 1974, a Lei 7.492, de 16 de junho de 1986, a Lei 9.069, de 29 de junho de 1995, a Lei 9.613, de 3 de março de 1998, a Lei 10.214, de 27 de março de 2001, a Lei 11.371, de 28 de novembro de 2006, a Lei 11.795, de 8 de outubro de 2008, a Lei 12.810, de 15 de maio de 2013, a Lei 12.865, de 9 de outubro de 2013, a Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964, o Decreto 23.258, de 19 de outubro de 1933, o Decreto-Lei 9.025, de 27 de fevereiro de 1946, e a Medida Provisória 2.224, de 4 de setembro de 2001; revoga o Decreto-Lei 448, de 3 de fevereiro de 1969, e dispositivos da Lei 9.447, de 14 de março de 1997, da Lei 4.380, de 21 de agosto de 1964, da Lei 4.728, de 14 de julho de 1965, e da Lei 9.873, de 23 de novembro de 1999; e dá outras providências. 1723

- **LEI 13.509, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017 – Dispõe sobre adoção e altera a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). (Material Suplementar para *download*)**
- **LEI 13.529, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017 – Dispõe sobre a participação da União em fundo de apoio à estruturação e ao desenvolvimento de projetos de concessões e parcerias público-privadas; altera a Lei 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada na administração pública, a Lei 11.578, de 26 de novembro de 2007, que dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e a Lei 12.712, de 30 de agosto de 2012, que autoriza o Poder Executivo a criar a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. (ABGF) (Material Suplementar para *download*)**
- **LEI 13.531, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017 – Dá nova redação ao inciso III do parágrafo único do art. 163 e ao § 6º do art. 180 do Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal. (Material Suplementar para *download*)**
- **LEI 13.532, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017 – Altera a redação do art. 1.815 da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, para promover ação visando à declaração de indignidade de herdeiro ou legatário. (Material Suplementar para *download*)**
- **LEI 13.535, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017 – Altera o art. 25 da Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para garantir aos idosos a oferta de cursos e programas de extensão pelas instituições de educação superior* (Material Suplementar para *download*)**
- **LEI 13.543, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017 – Acrescenta dispositivo à Lei 10.962, de 11 de outubro de 2004, que dispõe sobre a oferta e as formas de afixação de preços de produtos e serviços para o consumidor*. (Material Suplementar para *download*)**
- **LEI 13.545, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017 – Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre prazos processuais. (Material Suplementar para *download*)**
- **LEI 13.546, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017 – Altera dispositivos da Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para dispor sobre crimes cometidos na direção de veículos automotores. (Material Suplementar para *download*)**
- **LEI 13.603, DE 9 DE JANEIRO DE 2018 – Altera a Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995, para incluir a simplicidade como critério orientador do processo perante os Juizados Especiais Criminais* (Material Suplementar para *download*)**
- **Lei 13.606, DE 9 DE JANEIRO DE 2018 – Institui o Programa de Regularização Tributária Rural (PRR) na Secretaria da Receita Federal do Brasil e na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional; altera as Leis 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.870, de 15 de abril de 1994, 9.528, de 10 de dezembro de 1997, 13.340, de 28 de setembro de 2016, 10.522, de 19 de julho de 2002, 9.456, de 25 de abril de 1997, 13.001, de 20 de junho de 2014, 8.427, de 27 de maio de 1992, e 11.076, de 30 de dezembro de 2004, e o Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e dá outras providências* (Material Suplementar para *download*)**
- **LEI 13.614, DE 11 DE JANEIRO DE 2018 – Cria o Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (Pnatrans) e acrescenta dispositivo à Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para dispor sobre regime de metas de redução de índice de mortos no**

trânsito por grupos de habitantes e de índice de mortos no trânsito por grupos de veículos (Material Suplementar para *download*)

- **LEI 13.640, DE 26 DE MARÇO DE 2018 – Altera a Lei 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para regulamentar o transporte remunerado privado individual de passageiros* (Material Suplementar para *download*)**
- **LEI 13.641, DE 3 DE ABRIL DE 2018 – Altera a Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para tipificar o crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência* (Material Suplementar para *download*)**
- **LEI 13.642, DE 3 DE ABRIL DE 2018 – Altera a Lei 10.446, de 8 de maio de 2002, para acrescentar atribuição à Polícia Federal no que concerne à investigação de crimes praticados por meio da rede mundial de computadores que difundam conteúdo misógino, definidos como aqueles que propagam o ódio ou a aversão às mulheres* (Material Suplementar para *download*)**
- **LEI 13.654, DE 23 DE ABRIL DE 2018 – Altera o Decreto-Lei 2.848, de 7 dezembro de 1940 (Código Penal), para dispor sobre os crimes de furto qualificado e de roubo quando envolvam explosivos e do crime de roubo praticado com emprego de arma de fogo ou do qual resulte lesão corporal grave; e altera a Lei 7.102, de 20 de junho de 1983, para obrigar instituições que disponibilizem caixas eletrônicos a instalar equipamentos que inutilizem cédulas de moeda corrente (Material Suplementar para *download*)**
- **LEI 13.655, DE 25 DE ABRIL DE 2018 – Inclui no Decreto-Lei 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro), disposições sobre segurança jurídica e eficiência na criação e na aplicação do direito público (Material Suplementar para *download*)**
- **LEI 13.656, DE 30 DE ABRIL DE 2018 – Isenta os candidatos que especifica do pagamento de taxa de inscrição em concursos para provimento de cargo efetivo ou emprego permanente em órgãos ou entidades da administração pública direta e indireta da União. (Material Suplementar para *download*)**
- **LEI 13.660, DE 8 DE MAIO DE 2018 – Altera o § 2º do art. 819 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o pagamento dos honorários de intérprete judicial* (Material Suplementar para *download*)**

LEI 13.667, DE 17 DE MAIO DE 2018 – Dispõe sobre o Sistema Nacional de Emprego (Sine), criado pelo Decreto 76.403, de 8 de outubro de 1975 1730

- **LEI 13.668, DE 28 DE MAIO DE 2018 – Altera as Leis 11.516, de 28 de agosto de 2007, 7.957, de 20 de dezembro de 1989, e 9.985, de 18 de julho de 2000, para dispor sobre a destinação e a aplicação dos recursos de compensação ambiental e sobre a contratação de pessoal por tempo determinado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (Instituto Chico Mendes* (Material Suplementar para *download*)**
- **LEI 13.673, DE 5 DE JUNHO DE 2018 – Altera as Leis 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e 9.472, de 16 de julho de 1997, para tornar obrigatória a divulgação de tabela com a evolução do valor da tarifa e do preço praticados pelas concessionárias e prestadoras de serviços públicos. (Material Suplementar para *download*)**

LEI 13.675, DE 11 DE JUNHO DE 2018 – Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição Federal; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS); institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp); altera a Lei Complementar 79, de 7 de janeiro de 1994, a Lei 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e a Lei 11.530, de 24 de outubro de 2007; e revoga dispositivos da Lei 12.681, de 4 de julho de 2012 1732

- **LEI 13.676, DE 11 DE JUNHO DE 2018 – Altera a Lei 12.016, de 7 de agosto de 2009, para permitir a defesa oral do pedido de liminar na sessão de julgamento do mandado de segurança* (Material Suplementar para *download*)**

* Conteúdo parcial.

LEI 13.688 DE 3 DE JULHO DE 2018 – Institui o Diário Eletrônico da Ordem dos Advogados do Brasil e altera a Lei 8.906, de 4 de julho de 1994 (Estatuto da OAB), para dispor sobre a publicação de atos, notificações e decisões no Diário Eletrônico da Ordem dos Advogados do Brasil (Material Suplementar para *download*)

LEI 13.699, DE 2 DE AGOSTO DE 2018 – Altera a Lei 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para instituir diretriz de política urbana que visa a garantir condições condignas de acessibilidade, utilização e conforto nas dependências internas das edificações urbanas, inclusive nas destinadas à moradia e ao serviço dos trabalhadores domésticos 1741

LEI 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018 – Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet) 1741

LEI 13.711, DE 24 DE AGOSTO DE 2018 – Altera a Lei 13.103, de 2 de março de 2015, para prever isenção, em todo o território nacional, da cobrança de pedágio sobre eixos suspensos de veículos de transporte de cargas que circularem vazios nas vias terrestres federais, estaduais, distritais e municipais 1752

LEI 13.715, DE 24 DE SETEMBRO DE 2018 – Altera o Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e a Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para dispor sobre hipóteses de perda do poder familiar pelo autor de determinados crimes contra outrem igualmente titular do mesmo poder familiar ou contra filho, filha ou outro descendente 1752

LEI 13.718, DE 24 DE SETEMBRO DE 2018 – Altera o Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro, tornar pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a liberdade sexual e dos crimes sexuais contra vulnerável, estabelecer causas de aumento de pena para esses crimes e definir como causas de aumento de pena o estupro coletivo e o estupro corretivo; e revoga dispositivo do Decreto-Lei 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais) 1752

LEI 13.721, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018 – Altera o Decreto-Lei 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para estabelecer que será dada prioridade à realização do exame de corpo de delito quando se tratar de crime que envolva violência doméstica e familiar contra mulher ou violência contra criança, adolescente, idoso ou pessoa com deficiência..... 1753

LEI 13.725, DE 4 DE OUTUBRO DE 2018 – Altera a Lei 8.906, de 4 de julho de 1994, que "dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)", e revoga dispositivo da Lei 5.584, de 26 de junho de 1970, que "dispõe sobre normas de Direito Processual do Trabalho, altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, disciplina a concessão e prestação de assistência judiciária na Justiça do Trabalho, e dá outras providências" 1753

LEI 13.726, DE 8 DE OUTUBRO DE 2018 – Racionaliza atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e institui o Selo de Desburocratização e Simplificação 1757

LEI 13.728, DE 31 DE OUTUBRO DE 2018 – Altera a Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995, para estabelecer que, na contagem de prazo para a prática de qualquer ato processual, inclusive para a interposição de recursos, serão computados somente os dias úteis..... 1758

LEI 13.756, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018 – Dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), sobre a destinação do produto da arrecadação das loterias e sobre a promoção comercial e a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa; altera as Leis 8.212, de 24 de julho de 1991, 9.615, de 24 março de 1998, 10.891, de 9 de julho de 2004, 11.473, de 10 de maio de 2007, e 13.675, de 11 de junho de 2018; e revoga dispositivos das Leis 6.168, de 9 de dezembro de 1974, 6.717, de 12 de novembro de 1979, 8.313, de 23 de dezembro de 1991, 9.649, de 27 de maio de 1998, 10.260, de 12 de julho de 2001, 11.345, de 14 de setembro de 2006, e 13.155, de 4 de agosto de 2015, da Lei Complementar 79, de 7 de janeiro de 1994, e dos Decretos-Leis 204, de 27 de fevereiro de 1967, e 594, de 27 de maio de 1969, as Leis 6.905, de 11 de maio de 1981, 9.092, de 12 de setembro de 1995, 9.999, de 30 de agosto de 2000, 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e 10.746, de 10 de outubro de 2003, e os Decretos-Leis 1.405, de 20 de junho de 1975, e 1.923, de 20 de janeiro de 1982 1759

LEI 13.767, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018 – Altera o art. 473 da solidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de permitir a ausência ao serviço para realização de exame eventivo de câncer 1759

LEI 13.769, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2018 – Altera o Decreto-Lei 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), as Leis 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), e 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), para estabelecer a substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar da mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência e para disciplinar o regime de cumprimento de pena privativa de liberdade de condenadas na mesma situação. (Material Suplementar para download)

LEI 13.771, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2018 – Altera o art. 121 do Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) 1759

LEI 13.772, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2018 – Altera a Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e o Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para reconhecer que a violação da intimidade da mulher configura violência doméstica e familiar e para criminalizar o registro não autorizado de conteúdo com cena de nudez ou ato sexual ou libidinoso de caráter íntimo e privado..... 1759

LEI 13.775, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2018 – Dispõe sobre a emissão de duplicata sob a forma escritural; altera a Lei 9.492, de 10 de setembro de 1997; e dá outras evidências 1760

LEI 13.777, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2018 – Altera as Leis n 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei dos Registros Públicos), para dispor sobre o regime jurídico da multipropriedade e seu registro..... 1761

LEI 13.778, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2018 – Altera a Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), para possibilitar a aplicação de recursos em operações de crédito destinadas às entidades hospitalares filantrópicas, bem como a instituições que atuam no campo para pessoas com deficiência, e sem fins lucrativos que participem de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS) 1761

LEI 13.786, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018 – Altera as Leis 4.591, de 16 de dezembro de 1964, e 6.766, de 19 de dezembro de 1979, para disciplinar a resolução do contrato por inadimplemento do adquirente de unidade imobiliária em incorporação imobiliária e em parcelamento de solo urbano..... 1761

LEI 13.787, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018 – Dispõe sobre a digitalização e a utilização de sistemas informatizados para a guarda, o armazenamento e o manuseio de prontuário de paciente..... 1761

LEI 13.792, DE 3 DE JANEIRO DE 2019 – Altera dispositivos da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para modificar o quórum de deliberação no âmbito das sociedades limitadas 1762

LEI 13.793, DE 3 DE JANEIRO DE 2019 – Altera as Leis 8.906, de 4 de julho de 1994, 11.419, de 19 de dezembro de 2006, e 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para assegurar a advogados o exame e a obtenção de cópias de atos e documentos de processos e de procedimentos eletrônicos..... 1762

LEI 13.798, DE 3 DE JANEIRO DE 2019 – Acrescenta art. 8º-A à Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para instituir a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência 1762

LEI 13.800, DE 4 DE JANEIRO DE 2019 – Autoriza a administração pública a firmar instrumentos de parceria e termos de execução de programas, projetos e demais finalidades de interesse público com organizações gestoras de fundos patrimoniais; altera as Leis 9.249 e 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e 12.114 de 9 de dezembro de 2009; e dá outras providências..... 1763

DECRETOS-LEIS

DECRETO-LEI 1.027, DE 2 DE JANEIRO DE 1939 – Dispõe sobre o registro de contratos de compra e venda com reserva de domínio. 1114

DECRETO-LEI 2.627, DE 26 DE SETEMBRO DE 1940 – Dispõe sobre as sociedades por ações. 1114

DECRETO-LEI 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 – Código Penal 417

DECRETO-LEI 3.688, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941 – Lei das Contravenções Penais. 1115

DECRETO-LEI 3.689, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941 – Código de Processo Penal..... 476

DECRETO-LEI 3.914, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1941 – Lei de Introdução ao Código Penal (Dec.-lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940) e à Lei das Contravenções Penais (Dec.-lei 3.688, de 3 de outubro de 1941).... 399

DECRETO-LEI 3.931, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1941 – Lei de Introdução ao Código de Processo Penal (Dec.-lei 3.689, de 3 de outubro de 1941)..... 469

DECRETO-LEI 4.597, DE 19 DE AGOSTO DE 1942 – Dispõe sobre a prescrição das ações contra a Fazenda Pública e dá outras providências. 1120

DECRETO-LEI 4.657, DE 4 DE SETEMBRO DE 1942 – Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro..... 121

DECRETO-LEI 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943 – Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho..... 680

DECRETO-LEI 70, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1966 – Autoriza o funcionamento de associações de poupança e empréstimo, institui a cédula hipotecária e dá outras providências (*). (Material Suplementar para *download*)

DECRETO-LEI 73, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1966 – Dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências. (Material Suplementar para *download*)

DECRETO-LEI 195, DE 24 DE FEVEREIRO DE 1967 – Dispõe sobre a cobrança da Contribuição de Melhoria. (Material Suplementar para *download*)

DECRETO-LEI 201, DE 27 DE FEVEREIRO DE 1967 – Dispõe sobre a responsabilidade dos prefeitos e vereadores, e dá outras providências. (Material Suplementar para *download*)

DECRETO-LEI 911, DE 1º DE OUTUBRO DE 1969 – Altera a redação do artigo 66 da Lei 4.728, de 14 de julho de 1965, estabelece normas de processo sobre alienação fiduciária e dá outras providências..... 1155

DECRETO-LEI 1.001, DE 21 DE OUTUBRO DE 1969 – Código Penal Militar 533

DECRETO-LEI 1.002, DE 21 DE OUTUBRO DE 1969 – Código de Processo Penal Militar 581

DECRETOS

DECRETO 2.044, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1908 – Define a letra de câmbio e a nota promissória e regula as operações cambiais. (Material Suplementar para *download*)

DECRETO 20.910, DE 6 DE JANEIRO DE 1932 – Regula a prescrição quinquenal. 1113

DECRETO 22.626, DE 7 DE ABRIL DE 1933 – Dispõe sobre os juros nos contratos e dá outras providências..... 1113

DECRETO 57.595, DE 7 DE JANEIRO DE 1966 – Promulga as Convenções para adoção de uma Lei Uniforme em matéria de cheques. (Material Suplementar para *download*)

DECRETO 57.663, DE 24 DE JANEIRO DE 1966 – Promulga as Convenções para adoção de uma Lei Uniforme em matéria de letras de câmbio e notas promissórias. (Material Suplementar para *download*)

DECRETO 70.235, DE 6 DE MARÇO DE 1972 – Dispõe sobre o processo administrativo fiscal e dá outras providências. 1157

* Conteúdo parcial.

DECRETO 678, DE 6 DE NOVEMBRO DE 1992 – Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969. 1357

DECRETO 983, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1993 – Dispõe sobre a colaboração dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com o Ministério Público Federal na repressão a todas as formas de improbidade administrativa. (Material Suplementar para *download*)

DECRETO 2.626, DE 15 DE JUNHO DE 1998 – Promulga o Protocolo de Medidas Cautelares, concluído em Ouro Preto, em 16 de dezembro de 1994. 1479

DECRETO 4.250, DE 27 DE MAIO DE 2002 – Regulamenta a representação judicial da União, autarquias, fundações e empresas públicas federais perante os Juizados Especiais Federais, instituídos pela Lei 10.259, de 12 de julho de 2001. (Material Suplementar para *download*)

DECRETO 5.123, DE 1º DE JULHO DE 2004 – Regulamenta a Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM e define crimes. (Material Suplementar para *download*)

DECRETO 5.598, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2005 – Regulamenta a contratação de aprendizes e dá outras providências. 1546

DECRETO 5.903, DE 20 DE SETEMBRO DE 2006 – Regulamenta a Lei 10.962, de 11 de outubro de 2004, e a Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990. 1560

DECRETO 5.912, DE 27 DE SETEMBRO DE 2006 – Regulamenta a Lei 11.343, de 23 de agosto de 2006, que trata das políticas públicas sobre drogas e da instituição do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – SISNAD, e dá outras providências. (Material Suplementar para *download*)

DECRETO 6.488, DE 19 DE JUNHO DE 2008 – Regulamenta os arts. 276 e 306 da Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, disciplinando a margem de tolerância de álcool no sangue e a equivalência entre os distintos testes de alcoolemia para efeitos de crime de trânsito 1567

DECRETO 6.489, DE 19 DE JUNHO DE 2008 – Regulamenta a Lei 11.705, de 19 de junho de 2008, no ponto em que restringe a comercialização de bebidas alcoólicas em rodovias federais. 1567

DECRETO 6.949, DE 25 DE AGOSTO DE 2009 – Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. 1574

DECRETO 7.052, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009 – Regulamenta a Lei 11.770, de 9 de setembro de 2008, que cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade, no tocante a empregadas de pessoas jurídicas. (Material Suplementar para *download*)

DECRETO 7.203, DE 4 DE JUNHO DE 2010 – Dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da administração pública federal. 1589

DECRETO 7.627, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011 – Regulamenta a monitoração eletrônica de pessoas prevista no Decreto-Lei 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e na Lei 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal. 1609

DECRETO 7.892 DE 23 DE JANEIRO DE 2013 – Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993. (Material Suplementar para *download*)

DECRETO 7.950, DE 12 DE MARÇO DE 2013 – Institui o Banco Nacional de Perfis Genéticos e a Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos 1637

DECRETO 7.962, DE 15 DE MARÇO DE 2013 – Regulamenta a Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor sobre a contratação no comércio eletrônico. 1638

DECRETO 8.212, DE 21 DE MARÇO DE 2014 – Regulamenta o crédito presumido da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS (...) (Material Suplementar para *download*)

DECRETO 8.264, DE 5 DE JUNHO DE 2014 – Regulamenta a Lei 12.741, de 8 de dezembro de 2012, que dispõe sobre as medidas de esclarecimento ao consumidor quanto à carga tributária incidente sobre mercadorias e serviços..... 1656

- **DECRETO 8.270, DE 26 DE JUNHO DE 2014 – Institui o Sistema Nacional de Informações de Registro Civil – SIRC e seu comitê gestor, e dá outras providências. (Material Suplementar para *download*)**
- **DECRETO 8.364, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014 – Regulamenta o Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. (Material Suplementar para *download*)**
- **DECRETO 8.373, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014 – Institui o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas – eSocial e dá outras providências. (Material Suplementar para *download*)**

DECRETO 8.420, DE 18 DE MARÇO DE 2015 – Regulamenta a Lei 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira e dá outras providências. 1659

- **DECRETO 8.424, DE 31 DE MARÇO DE 2015 – Regulamenta a Lei 10.779, de 25 de novembro de 2003, para dispor sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional artesanal que exerce sua atividade exclusiva e ininterruptamente. (Material Suplementar para *download*)**
- **DECRETO 8.426, DE 1º DE ABRIL DE 2015 – Restabelece as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre receitas financeiras auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não-cumulativa das referidas contribuições. (Material Suplementar para *download*)**
- **DECRETO 8.433, DE 16 DE ABRIL DE 2015 – Dispõe sobre a regulamentação dos art. 9º a art. 12, art. 17 e art. 22 da Lei 13.103, de 2 de março de 2015. (Material Suplementar para *download*)**
- **DECRETO 8.469, DE 22 DE JUNHO DE 2015 – Regulamenta a Lei 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, e a Lei 12.853, de 14 de agosto de 2013, para dispor sobre a gestão coletiva de direitos autorais. (Material Suplementar para *download*)**
- **DECRETO 8.501, DE 18 DE AGOSTO DE 2015 – Promulga a Convenção para a Redução dos Casos de Apatridia, firmada em Nova Iorque, em 30 de agosto de 1961. (Material Suplementar para *download*)**
- **DECRETO 8.510, DE 31 DE AGOSTO DE 2015 – Regulamenta o disposto no art. 14 da Medida Provisória 685, de 21 de julho de 2015, no § 5º do art. 33 da Medida Provisória 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, no parágrafo único do art. 23 da Lei 12.529, de 30 de novembro de 2011, e no art. 3º da Medida Provisória 687, de 17 de agosto de 2015. (Material Suplementar para *download*)**
- **DECRETO 8.516, DE 10 DE SETEMBRO DE 2015 – Regulamenta a formação do Cadastro Nacional de Especialistas de que tratam o § 4º e § 5º do art. 1º da Lei 6.932, de 7 de julho de 1981, e o art. 35 da Lei 12.871, de 22 de outubro de 2013. (Material Suplementar para *download*)**
- **DECRETO 8.537, DE 5 DE OUTUBRO DE 2015 – Regulamenta a Lei 12.852, de 5 de agosto de 2013, e a Lei 12.933, de 26 de dezembro de 2013, para dispor sobre o benefício da meia-entrada para acesso a eventos artístico-culturais e esportivos e para estabelecer os procedimentos e os critérios para a reserva de vagas a jovens de baixa renda nos veículos do sistema de transporte coletivo interestadual. (Material Suplementar para *download*)**
- **DECRETO 8.538, DE 6 DE OUTUBRO DE 2015 – Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal. (Material Suplementar para *download*)**

DECRETO 8.539, DE 8 DE OUTUBRO DE 2015 – Dispõe sobre o uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. (Material Suplementar para *download*)

DECRETO 8.573, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2015 – Dispõe sobre o Consumidor.gov.br, sistema alternativo de solução de conflitos de consumo, e dá outras providências 1677

DECRETO 8.614, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2015 – Regulamenta a Lei Complementar 121, de 9 de fevereiro de 2006, para instituir a Política Nacional de Repressão ao Furto e Roubo de Veículos e Cargas e para disciplinar a implantação do Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Furto e Roubo de Veículos e Cargas. (Material Suplementar para *download*)

DECRETO 8.616, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015 – Regulamenta o disposto na Lei Complementar 148, de 25 de novembro de 2014, e no art. 2º da Lei 9.496, de 11 de setembro de 1997, e dá outras providências. (Material Suplementar para *download*)

DECRETO 8.642, DE 19 DE JANEIRO DE 2016 – Dispõe sobre Autoridade Pública de Governança do Futebol – APFUT, criada pela Lei 13.155, de 4 de agosto de 2015, e dá outras providências. (Material Suplementar para *download*)

DECRETO 8.660, DE 29 DE JANEIRO DE 2016 – Promulga a Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, firmada pela República Federativa do Brasil, em Haia, em 5 de outubro de 1961. (Material Suplementar para *download*)

DECRETO 8.692, DE 16 DE MARÇO DE 2016 – Regulamenta o controle de dopagem a que se refere a Lei 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto. (Material Suplementar para *download*)

DECRETO 8.727, DE 28 DE ABRIL DE 2016 – Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional 1683

DECRETO 8.737, DE 3 DE MAIO DE 2016 – Institui o Programa de Prorrogação da Licença-Paternidade para os servidores regidos pela Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990. (Material Suplementar para *download*)

DECRETO 8.793, DE 29 DE JUNHO DE 2016 – Fixa a Política Nacional de Inteligência. (Material Suplementar para *download*)

DECRETO 8.771, DE 11 DE MAIO DE 2016 – Regulamenta a Lei 12.965, de 23 de abril de 2014, para tratar das hipóteses admitidas de discriminação de pacotes de dados na internet e de degradação de tráfego, indicar procedimentos para guarda e proteção de dados por provedores de conexão e de aplicações, apontar medidas de transparência na requisição de dados cadastrais pela administração pública e estabelecer parâmetros para fiscalização e apuração de infrações. 1683

DECRETO 8.772 DE 11 DE MAIO DE 2016 – Regulamenta a Lei 13.123, de 20 de maio de 2015, que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade. (Material Suplementar para *download*)

DECRETO 8.858, DE 26 DE SETEMBRO DE 2016 – Regulamenta o disposto no art. 199 da Lei 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal. 1686

DECRETO 8.861, DE 28 DE SETEMBRO DE 2016 – Dispõe sobre a designação das autoridades centrais brasileiras no âmbito da Convenção de Auxílio Judiciário em Matéria Penal entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, firmada em Cidade da Praia, em 23 de novembro de 2005. (Material Suplementar para *download*)

DECRETO 8.870, DE 5 DE OUTUBRO DE 2016 – Dispõe sobre a aplicação de procedimentos simplificados nas operações de exportação realizadas por microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional. (Material Suplementar para *download*)

- **DECRETO 8.972, DE 23 DE JANEIRO DE 2017 – Institui a Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa. (Material Suplementar para *download*)**
- **DECRETO 8.935, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016 – Altera o Decreto 5.123, de 1º de julho de 2004, que regulamenta a Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM e define crimes. (Material Suplementar para *download*)**

DECRETO 8.945, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016 – Regulamenta, no âmbito da União, a Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.... 1687

- **DECRETO 9.039, DE 27 DE ABRIL DE 2017 – Promulga a Convenção sobre a Obtenção de Provas no Estrangeiro em Matéria Civil ou Comercial, firmada em Haia, em 18 de março de 1970. (Material Suplementar para *download*)**
- **DECRETO 9.056, DE 24 DE MAIO DE 2017 – Regulamenta a Lei Complementar 156, de 28 de dezembro de 2016 (...) (Material Suplementar para *download*)**
- **DECRETO 9.057, DE 25 DE MAIO DE 2017 – Regulamenta o art. 80 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. (Material Suplementar para *download*)**
- **DECRETO 9.088, DE 6 DE JULHO DE 2017 – Dispõe sobre cargos e funções considerados de natureza militar. (Material Suplementar para *download*)**
- **DECRETO 9.094, DE 17 DE JULHO DE 2017 – Dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País e institui a Carta de Serviços ao Usuário. (Material Suplementar para *download*)**
- **DECRETO 9.107, DE 26 DE JULHO DE 2017 – Dispõe sobre os prazos e os requisitos aplicáveis às indústrias fragmentadas no âmbito de investigações de defesa comercial. (Material Suplementar para *download*)**
- **DECRETO 9.109, DE 27 DE JULHO DE 2017 – Regulamenta a Lei Complementar 159, de 19 de maio de 2017, que institui o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal. (Material Suplementar para *download*)**
- **DECRETO 9.149, DE 28 DE AGOSTO DE 2017 – Cria o Programa Nacional de Voluntariado, institui o Prêmio Nacional do Voluntariado e altera o Decreto 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, que institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. (Material Suplementar para *download*)**
- **DECRETO 9.175, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017 – Regulamenta a Lei 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, para tratar da disposição de órgãos, tecidos, células e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento. (Material Suplementar para *download*)**
- **DECRETO 9.176, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017 – Promulga a Convenção sobre a Cobrança Internacional de Alimentos para Crianças e Outros Membros da Família e o Protocolo sobre a Lei Aplicável às Obrigações de Prestar Alimentos, firmados pela República Federativa do Brasil, em Haia, em 23 de novembro de 2007. (Material Suplementar para *download*)**
- **DECRETO 9.199, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017 – Regulamenta a Lei 13.445, de 24 de maio de 2017, que institui a Lei de Migração (*) (Material Suplementar para *download*)**
- **DECRETO 9.310, DE 15 DE MARÇO DE 2018 – Institui as normas gerais e os procedimentos aplicáveis à Regularização Fundiária Urbana e estabelece os procedimentos para a avaliação e a alienação dos imóveis da União (Material Suplementar para *download*)**

* Conteúdo parcial.

DECRETO 9.354, DE 25 DE ABRIL DE 2018 – Regulamenta o art. 1º do Decreto-Lei 2.398, de 21 de dezembro de 1987, que dispõe sobre foros, laudêmios e taxas de ocupação relativas a imóveis de propriedade da União, e o art. 11-B da Lei 9.636, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a regularização, a administração, o aforamento e a alienação de bens imóveis de domínio da União. (Material Suplementar para *download*)

DECRETO 9.405, DE 11 DE JUNHO DE 2018 – Dispõe sobre o tratamento diferenciado, simplificado e favorecido às microempresas e às empresas de pequeno porte, previsto no art. 122 da Lei 13.146, de 6 de julho de 2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). (Material Suplementar para *download*)

DECRETO 9.450, DE 24 DE JULHO DE 2018 – Institui a Política Nacional de Trabalho no âmbito do Sistema Prisional, voltada à ampliação e qualificação da oferta de vagas de trabalho, ao empreendedorismo e à formação profissional das pessoas presas e egressas do sistema prisional, e regulamenta o § 5º do art. 40 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o disposto no inciso XXI do *caput* do art. 37 da Constituição e institui normas para licitações e contratos da administração pública firmados pelo Poder Executivo federal. 1740

DECRETO 9.488, DE 30 DE AGOSTO DE 2018 – Altera o Decreto 7.892, de 23 de janeiro de 2013, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e o Decreto 7.579, de 11 de outubro de 2011, que dispõe sobre o Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação – SISP, do Poder Executivo federal. 1752

DECRETO 9.513, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018 – Altera o Decreto 27.048, de 12 de agosto de 1949, que aprova o regulamento da Lei 605, de 5 de janeiro de 1949, que dispõe sobre o repouso semanal remunerado e o pagamento de salário nos feriados civis e religiosos 1752

DECRETO 9.579, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018 – Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo federal que dispõem sobre a temática do lactente, da criança e do adolescente e do aprendiz, e sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente e os programas federais da criança e do adolescente, e dá outras providências. (Material Suplementar para *download*)

DECRETO 9.603, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018 – Regulamenta a Lei 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. (Material Suplementar para *download*)

DECRETO 9.522, DE 8 DE OUTUBRO DE 2018 – Promulga o Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Dificuldades para Ter Acesso ao Texto Impresso, firmado em Marraqueche, em 27 de junho de 2013 1753

MEDIDA PROVISÓRIA

MEDIDA PROVISÓRIA 2.172-32, DE 23 DE AGOSTO DE 2001 – Estabelece a nulidade das disposições contratuais que menciona e inverte, nas hipóteses que prevê, o ônus da prova nas ações intentadas para sua declaração. 1509

MEDIDA PROVISÓRIA 2.172-32, DE 23 DE AGOSTO DE 2001 – Estabelece a nulidade das disposições contratuais que menciona e inverte, nas hipóteses que prevê, o ônus da prova nas ações intentadas para sua declaração. 1326

MEDIDA PROVISÓRIA 852, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018 – Dispõe sobre a transferência de imóveis do Fundo do Regime Geral de Previdência Social para a União, sobre a administração, a alienação e a gestão dos imóveis da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, extingue o Fundo Contingente da Extinta RFFSA - FC e dispõe sobre a gestão dos imóveis da União 1752

MEDIDA PROVISÓRIA 854, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018 – Dispõe sobre a antecipação do pagamento dos honorários periciais nas ações em que o Instituto Nacional do Seguro Social seja parte e que tramitem nos Juizados Especiais Federais 1753

MEDIDA PROVISÓRIA 859, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018 – Altera a Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, para viabilizar a aplicação de recursos do Fundo em operações de crédito destinadas às entidades hospitalares filantrópicas e sem fins lucrativos que participem de forma complementar do Sistema Único de Saúde 1758

MEDIDA PROVISÓRIA 861, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2018 – Dispõe sobre a transferência, da União para o Distrito Federal, da Junta Comercial do Distrito Federal e das atividades de registro público de empresas mercantis e atividades afins no Distrito Federal e altera a Lei 8.934, de 18 de novembro de 1994, que dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins 1758

MEDIDA PROVISÓRIA 862, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2018 – Altera a Lei 13.089, de 12 de janeiro de 2015, que institui o Estatuto da Metrópole 1759

MEDIDA PROVISÓRIA 867, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2018 – Altera a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012, para dispor sobre a extensão do prazo para adesão ao Programa de Regularização Ambiental 1761

MEDIDA PROVISÓRIA 869, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018 – Altera a Lei 13.709, de 14 de agosto de 2018, para dispor sobre a proteção de dados pessoais e para criar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, e dá outras providências 1762

MEDIDA PROVISÓRIA 870, DE 1º DE JANEIRO DE 2019 – Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios 1762

RESOLUÇÕES

RESOLUÇÃO 4, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2006 – DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – STJ – Dispõe sobre o não conhecimento do agravo de instrumento manifestamente inadmissível. 1561

RESOLUÇÃO 113, DE 20 DE ABRIL DE 2010, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ – Dispõe sobre o procedimento relativo à execução de pena privativa de liberdade e de medida de segurança, e dá outras providências. 1587

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA 1.418, DE 30 DE AGOSTO DE 2010, DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO – TST – Regulamenta o processamento do Agravo de Instrumento interposto de despacho que negar seguimento a recurso de competência do Tribunal Superior do Trabalho. 1590

RESOLUÇÃO 125, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2010, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ – Dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências. 1591

RESOLUÇÃO 175, DE 14 DE MAIO DE 2013 – CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ – Dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo. 1639

RESOLUÇÃO 236, DE 13 DE JULHO DE 2016, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ – Regulamenta, no âmbito do Poder Judiciário, procedimentos relativos à alienação judicial por meio eletrônico, na forma preconizada pelo art. 882, § 1º, do novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015). (Material Suplementar para *download*)

RESOLUÇÃO NORMATIVA 122, DE 3 DE AGOSTO DE 2016, DO CNI – Dispõe sobre a concessão de permanência no Brasil a estrangeiro considerado vítima de tráfico de pessoas e/ou de trabalho análogo ao de escravo. (Material Suplementar para *download*)

RESOLUÇÃO 2, DE 29 DE AGOSTO DE 2016, DA 2ª CÂMARA DO CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – CFOAB – Regulamenta a execução das sanções disciplinares e os prazos para inserção de dados no Cadastro Nacional de Sanções Disciplinares – CNSD. (Material Suplementar para *download*)

- **RESOLUÇÃO 2.168, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017, DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA – CFM – Adota as normas éticas para a utilização das técnicas de reprodução assistida – sempre em defesa do aperfeiçoamento das práticas e da observância aos princípios éticos e bioéticos que ajudam a trazer maior segurança e eficácia a tratamentos e procedimentos médicos –, tornando-se o dispositivo deontológico a ser seguido pelos médicos brasileiros e revogando a Resolução CFM 2.121, publicada no DOU de 24 de setembro de 2015, Seção I, p. 117. (Material Suplementar para *download*)**
- **RESOLUÇÃO 2.173, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017, DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA – CFM – Define os critérios do diagnóstico de morte encefálica. (Material Suplementar para *download*)**
- **RESOLUÇÃO 9, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017, DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS – CNDH – Dispõe sobre o Direito Humano à Alimentação Adequada de mulheres e adolescentes em privação de liberdade, em especial gestantes, lactantes e com filhos e filhas. (Material Suplementar para *download*)**

RESOLUÇÃO 4, DE 4 DE SETEMBRO DE 2018, DO CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – CFOAB – Altera o disposto no *caput* e nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 131 e acrescenta os arts. 156-B e 156-C do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB (Lei 8.906/94) 1549

RESOLUÇÃO 2, DE 26 DE JUNHO DE 2018, DO CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – CFOAB – Altera o art. 2º da Resolução 01/2014, que "Altera o caput do art. 128, acrescenta o art. 128-A, altera o *caput* do art. 133 do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB (Lei 8.906, de 1994)." 1739

RESOLUÇÃO 3, DE 7 DE AGOSTO DE 2018, CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – CFOAB – Acrescenta o § 3º ao art. 24 do Regulamento Geral da Lei 8.906/94 (Estatuto da Advocacia e da OAB) 1751

RESOLUÇÃO 4, DE 4 DE SETEMBRO DE 2018, DO CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – CFOAB – Altera o disposto no *caput* e nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 131 e acrescenta os arts. 156-B e 156-C do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB (Lei 8.906/94) 1752

PROVIMENTOS

- **PROVIMENTO 112, DE 10 DE SETEMBRO DE 2006 – DO CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – CFOAB – Dispõe sobre as Sociedades de Advogados (Material Suplementar para *download*)**
- **PROVIMENTO 144, DE 13 DE JUNHO DE 2011 – DO CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – CFOAB – Dispõe sobre o Exame de Ordem. (Material Suplementar para *download*)**
- **PROVIMENTO 170, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016, DO CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – CFOAB – Dispõe sobre as sociedades unipessoais de advocacia. (Material Suplementar para *download*)**
- **PROVIMENTO 179, DE 26 DE JUNHO DE 2018 – DO CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – CFOAB – Institui e regulamenta o Registro Nacional de Violações de Prerrogativas, no âmbito da Ordem dos Advogados do Brasil (Material Suplementar para *download*)**

PORTARIAS

- **PORTARIA 15, DE 16 DE JANEIRO DE 2018, DO MINISTÉRIO DA FAZENDA – MF – Dispõe sobre o reajuste dos benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e dos demais valores constantes do Regulamento da Previdência Social – RPS. (Material Suplementar para *download*)**
- **PORTARIA 217, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2018, DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA – MJ –Estabelece os procedimentos administrativos relativos aos pedidos de extradição passiva e ativa e de prisão**

cautelar para fins de extradição passiva e ativa, no âmbito do Ministério da Justiça. (Material Suplementar para *download*)

PORTARIA 218, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2018, DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA – MJ – Dispõe sobre o procedimento de avaliação da condição de hipossuficiência econômica para fins de isenção de taxas para obtenção de documentos de regularização migratória e de pagamento de multas. (Material Suplementar para *download*)

PORTARIA INTERMINISTERIAL 3, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2018, DOS MINISTÉRIOS DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA PÚBLICA – Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados em relação à tramitação dos requerimentos de autorização de residência, registro e emissão da Carteira de Registro Nacional Migratório, especifica a documentação necessária para instrução dos pedidos e define o procedimento de registro de autorizações de residência concedidas a refugiados, apátridas e asilados. (Material Suplementar para *download*)

PORTARIA INTERMINISTERIAL 4, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2018, DOS MINISTÉRIOS DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA PÚBLICA – Dispõe sobre o procedimento de concessão de autorização de residência para casos não previstos expressamente na Lei 13.445, de 24 de maio de 2017 e no Decreto 9.199, de 20 de novembro de 2017. (Material Suplementar para *download*)

PORTARIA INTERMINISTERIAL 5, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2018, DOS MINISTÉRIOS DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA PÚBLICA – Dispõe sobre o procedimento de reconhecimento da condição de apatridia e da naturalização facilitada dela decorrente. (Material Suplementar para *download*)

PORTARIA INTERMINISTERIAL 11, DE 3 DE MAIO DE 2018, DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E EXTRAORDINÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA – Dispõe sobre os procedimentos para solicitação de naturalização, de igualdade de direitos, de perda, de reaquisição de nacionalidade brasileira e de revogação da decisão de perda da nacionalidade brasileira e dá outras providências. (Material Suplementar para *download*)

PORTARIA 349, DE 23 DE MAIO DE 2018, DO MINISTÉRIO DO TRABALHO – MT – Estabelece regras voltadas à execução da Lei 13.467, de 13 de julho de 2017, no âmbito das competências normativas do Ministério do Trabalho 1732

INSTRUÇÕES NORMATIVAS

INSTRUÇÃO NORMATIVA 39, DE 15 DE MARÇO DE 2016, DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO – TST – Dispõe sobre as normas do Código de Processo Civil de 2015 aplicáveis e inaplicáveis ao Processo do Trabalho, de forma não exaustiva 1680

INSTRUÇÃO NORMATIVA 40, DE 15 DE MARÇO DE 2016, DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO – TST – Dispõe sobre o cabimento de agravo de instrumento em caso de admissibilidade parcial de recurso de revista no Tribunal Regional do Trabalho e dá outras providências 1681

INSTRUÇÃO NORMATIVA 41, DE 21 DE JUNHO DE 2018, DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO – TST – Dispõe sobre a aplicação das normas processuais da Consolidação das Leis do Trabalho alteradas pela Lei 13.467, de 13 de julho de 2017 1739

CIRCULAR

CIRCULAR 347, DE 27 DE JUNHO DE 2007, DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PROVADOS – SUSEP – Disponibiliza no sítio da SUSEP as condições contratuais do plano padronizado para o seguro de fiança locatícia de imóveis urbanos e estabelece as regras mínimas para a comercialização deste seguro. (Material Suplementar para *download*)

ATO

- ATO DECLARATÓRIO INTERPRETATIVO 6, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2017, DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – SRFB – Dispõe sobre a contribuição previdenciária complementar prevista no § 1º do art. 911-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943. (Material Suplementar para *download*)

OAB

CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – OAB 999

REGULAMENTO GERAL DO ESTATUTO DA ADVOCACIA E DA OAB 1005

REGIMENTOS INTERNOS

- Regimento Interno STF (Material Suplementar para *download*)
- Regimento Interno STJ (Material Suplementar para *download*)
- Regimento Interno TST (Material Suplementar para *download*)

ENUNCIADOS

- ENUNCIADOS DA ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS – ENFAM 2015 (Material Suplementar para *download*)
- I e II JORNADA DE DIREITO COMERCIAL – 2015 (Material Suplementar para *download*)
- ENUNCIADOS DO FÓRUM NACIONAL DE JUIZADOS ESPECIAIS – FONAJE 2017 (Material Suplementar para *download*)
- ENUNCIADOS DO FÓRUM NACIONAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS – FONAJEF 2017 (Material Suplementar para *download*)
- I A VIII JORNADA DE DIREITO CIVIL – 2018 (Material Suplementar para *download*)
- ENUNCIADOS APROVADOS NA I JORNADA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL – 2017 (Material Suplementar para *download*)
- ENUNCIADOS APROVADOS NA I e II JORNADA DE DIREITO DA SAÚDE, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – 2015 (Material Suplementar para *download*)

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

- do Código de Processo Civil de 2015 271
- da Nova Parte Geral do Código Penal 401
- da Parte Especial do Código Penal 408
- do Código de Processo Penal 471
- da Consolidação das Leis do Trabalho 675